

Inclusão vai além de inserção no espaço físico. É preciso dar condições para que realmente se efetive.

Muito se fala em inclusão social, principalmente em escolas. Parece que ter alunos portadores de necessidades especiais incluídos em salas de aulas regulares é uma questão de cidadania e exercício de responsabilidade social. Só que essa questão vai além. A inclusão demanda planejamento e adaptações necessárias para que o “incluído” tenha condições de crescer em sua plenitude e aprender de maneira igual aos demais colegas.

Há algum tempo a inclusão social de pessoas portadoras de deficiência é discutida em seus diversos âmbitos. Empresas precisam contratar número mínimo de funcionários deficientes, escolas da rede pública devem oferecer vagas em salas regulares e as instituições particulares também compraram a causa, tudo em prol da igualdade dos direitos. Pode-se dizer que o brasileiro está ciente (mesmo que de forma obrigatória) de seus deveres com a sociedade. Só que essa pressão para que a inclusão ocorra, às vezes, não considera o que é necessário para que ela agregue ao desenvolvimento dos deficientes.

O simples fato de incluir cegos, surdos, cadeirantes etc. em salas de aula regulares nas escolas não significa inclusão propriamente dita. A verdadeira inclusão considera quais recursos devem ser disponibilizados para que aquela pessoa que está no ambiente tenha condições de aproveitar ao máximo a oportunidade.

Exemplo disso é o **Colégio Rio Branco**, em São Paulo, que inclui surdos em salas de aula regulares a partir da quinta série do Ensino Fundamental. Esses alunos vêm da **Escola para Crianças Surdas Rio Branco**, que atende e educa surdos oriundos de famílias de baixa renda, desde o diagnóstico da surdez até a quarta série do Ensino Fundamental, e recebem bolsa de estudos integral até a conclusão do Ensino Médio.

Para que essa inclusão traga os resultados esperados e os surdos possam ter as mesmas oportunidades dos ouvintes, o Colégio disponibiliza um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) por sala, além de diversos recursos visuais, como salas equipadas com recursos multimídia e produção de materiais em Libras (vídeo-prova, vídeo-aula, histórias etc.), para que os surdos tenham o conteúdo aprendido disponível na língua deles.

O aluno surdo recebe um DVD portátil no dia da avaliação, cedido pelo Colégio Rio Branco. Também tem acesso à prova no papel e em DVD, para que ele possa entender as perguntas. Esta é uma medida necessária, pois o português escrito é a segunda língua dele, portanto, sua percepção do mundo se dá por meio das Libras. As aulas também são filmadas, para que eles possam levar para casa e estudar. “O aluno surdo precisa do recurso visual, pois quando ele não tem, é como se o aluno ouvinte assistisse à aula em Língua Portuguesa e

tivesse o material para estudos em casa em Língua Inglesa (segunda língua). A compreensão fica difícil sem esses recursos. Na biblioteca, eles encontrarão as aulas gravadas, histórias etc. em Libras, o que é fundamental para que se desenvolvam e aproveitem ao máximo a oportunidade”, diz Sabine Vergamini, coordenadora da Escola para Crianças Surdas Rio Branco e responsável pela inclusão de surdos no Colégio Rio Branco.

Fundação de Rotarianos de São Paulo

Assessoria de Imprensa: Ricardo Viveiros - Oficina de Comunicação

Jornalista Responsável: Patrícia Ribeiro (MTb 29.495).

Tel.: 11-3675-5444; patricia.ribeiro@viveiros.com.br

Jornalista do Posto avançado: Tânia Ribeiro

11-3879-3156; assessoriaimprensa@frsp.org